



AS HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL E A AGRICULTURA URBANA COMO ESTRATÉGIA DE INTEGRAÇÃO URBANO-RURAL PARA PEQUENAS CIDADES: UMA POSSIBILIDADE PARA SÃO MIGUEL DO OESTE E A REGIÃO EXTREMO-OESTE CATARINENSE

Patrícia Dalmina Oliveira

Eduarda Cristina Black

Resumo

A atual situação brasileira quanto à questão da moradia e das cidades, é fruto de um passado recente, de tentativas e erros, cópias de modelos internacionais e parcerias entre esferas públicas e privadas, cujos poucos exemplos que deram certo, pouco foram replicados ou readequados para cada região do país, desrespeitando assim suas localidades. A situação se agrava quando olhamos para as pequenas cidades, que em relação às metrópoles, pouco recebem incentivo para o planejamento urbano e habitacional, e assim, deixa-se de criar soluções que integrariam mais a população com a cidade. Já a questão da ruralidade nas pequenas cidades, é bastante valorizada, seja com a presença de atividades agrícolas ou não. Mas ainda pouco existem discussões sobre as áreas de conexão entre o rural e o urbano, as chamadas áreas de transição, e com isso perdem-se novas possibilidades para um maior desenvolvimento urbano e regional. Em São Miguel do Oeste – SC, predomina a atividade agroindustrial, porém, apesar de ser considerada uma pequena cidade, o urbano é muito mais valorizado que o rural, sendo assim, é o cenário ideal para o aproveitamento de áreas de transição, seja com a criação de atividades ligadas à economia, agricultura urbana e rural e/ou o provimento habitacional. O artigo trata sobre essas novas possibilidades e as características marcantes da região extremo oeste catarinense, que deveriam ser melhor exploradas pela municipalidade e pelo planejamento urbano, a fim de desenvolver a região.

Palavras-chave: Urbano. Rural. Áreas de transição. Pequenas cidades. Habitação.



Introdução

Desde os anos de 1930, o sonho da casa própria encanta os brasileiros, porém conforme Palermo (2009), o governo brasileiro trata a mais de meio século a produção habitacional como mais um item de uma lista cheia de promessas. Essa realidade se reflete nos números brasileiros, conforme a FJP (2016) o déficit habitacional brasileiro no ano de 2013 é de 5,846 milhões de domicílios, dos quais 5,010 milhões estão na área urbana, 85,7% do total. Já em 2014 esse déficit aumentou para 6.068 milhões de unidades totais, um aumento de 9,0% do ano anterior.

Em relação aos estados brasileiros, o maior déficit em 2013 se localizava na região Sudeste, com 38,4%, e logo após no Nordeste, com 31,5% do total, sendo que em 2014 o Sudeste passou para 40,0% do total. Ao analisar a realidade do Sul do Brasil, o estado de Santa Catarina possuía, em 2014, déficit de 155.777 moradias, sendo que 142.562 na área urbana, ou seja, 91,51% do déficit. Santa Catarina possui o segundo maior índice relativo do sul¹ do país, contando com 6,5%. (FJP, 2016), apesar de não possuir os maiores índices de déficit do Brasil, observa-se que a realidade da falta de habitação é presente no estado, onde há uma grande parcela da população que precisa suprir um direito básico da constituição brasileira: o direito à moradia.

Conjugada ao problema habitacional do Brasil, a falta de planejamento urbano adequado, é outro agravante e em relação à isso, as pequenas cidades brasileiras ainda são pouco estudadas. Exemplo disso é a não obrigatoriedade de planos diretores para cidades com menos de 20.000 habitantes, a dificuldade para obtenção de recursos para realização de projetos habitacionais, e em muitos casos a ausência de planos e/ou as deficiências nas sua elaboração (geralmente cópias de cidades maiores), o que acaba por trazer consequências negativas para essas cidades. (AKAISHI, 2011).

Além disso, para que as cidades consigam recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) é necessário que estejam aderidas ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), porém muitos municípios pequenos ainda não conseguiram desenvolver o Plano de Habitação de Interesse Social (PLHIS), que dá acesso aos recursos para provimento habitacional, consequência das gestões pouco preparadas para a questão urbana e habitacional destes municípios. (AKAISHI, 2011).

¹ Rio Grande do Sul possui índice relativo de 5,7% e o Paraná de 6,7%. (FJP, 2016).



Os estudos acadêmicos voltados às pequenas cidades muitas vezes, conforme Endlich (2009), são deixados de lado pelo interesse primário nas metrópoles, o que acaba por excluir estudos aprofundados e novas possibilidades de avanços e desenvolvimentos destas cidades.

Outro empecilho urbano e habitacional, está na falta de políticas públicas e urbanas que esclareçam e determinem locais para a construção das habitações de interesse social (HIS) dentro do tecido urbano, para que não fiquem nas áreas periféricas, além de diretrizes para a elaboração destes projetos, e condições para que haja um maior controle por parte da prefeitura e órgãos ligados às habitações. (LAGO, 2012).

Bonduki (2000) defende a ideia de que as habitações populares devem ficar nas áreas centrais, seja em vazios urbanos, com produção de novas edificações ou na urbanização de favelas, reformas de cortiços, etc.; aproveitando dos benefícios da infraestrutura e da mobilidade já consolidados.

Todos esses elementos que se adequam mais à pequenas cidades, também convergem com outros, da formação e território dos núcleos habitacionais e estruturações atuais, tendo como destaque a agricultura e as atividades primárias, que melhor se desenvolvem nessas cidades. A grande maioria das propostas habitacionais idealizadas e executadas encontram-se nas regiões metropolitanas e grandes cidades, que também é onde concentra-se o maior acervo de pesquisas nesta área, sendo que às pequenas cidades resta apenas replicar o que foi testado, e nem sempre aprovado nas metrópoles, e com isso perdem-se oportunidades diferenciais de provimento habitacional em outras áreas do país. (AKAISHI, 2011; MELO E SOARES, 2010; OLIVEIRA, 2016).

Considerando então as dificuldades das pequenas cidades no provimento e manutenção das habitações de interesse social, com a falta de investimentos financeiros, dos problemas na elaboração de projetos arquitetônicos e urbano adequado, da crise econômica atual, do desemprego, da informalidade trabalhista e do aumento populacional urbano, buscam-se então mediante esta pesquisa, opções que agregarão na resolução de problemas locais, a fim de valorizar a economia da cidade e suas raízes com o espaço rural e agrícola, na geração de empregos, provimento habitacional e na fomentação da vida em comunidade.

O estudo tem como base o município de São Miguel do Oeste – SC, dentro do seu



contexto urbano e microrregional do Extremo Oeste catarinense, e suas relações de mercado e trabalho conectadas com o meio rural. Salienta-se que nesta região que a ruralidade se tornou importante para o desenvolvimento local. A cidade de São Miguel do Oeste mesmo sendo considerada uma cidade pequena, pois possui menos de 37 mil habitantes (IBGE, 2010), apresenta déficits habitacionais que precisam ser sanados. Observa-se que atualmente existem diversas atividades de destaque no cenário brasileiro e global, como a agricultura e pecuária, que vinculadas ao espaço urbano e rural, e a habitação social, fazem a região encontrar seu equilíbrio econômico e manter seus hábitos enraizados com seu passado e colonização.

Habitação e cidades pequenas

O crescimento populacional e o inchaço urbano são elementos marcantes em todas as discussões sobre o futuro das cidades, além da preocupação com a economia urbana frente às crises, guerras e escassez de alimentos, fatos que fazem das cidades um importante veículo para o desenvolvimento humano, sendo a habitação um ponto de início para a resolução dos problemas urbanos.

O Brasil é um país de vasto território, sendo comum haver dicotomia entre metrópoles e cidades pequenas e também sobre a população rural e urbana, tendo como reflexo a evolução da população brasileira. Em 1950, a população brasileira urbana era de 35%, sendo que esse índice em 2016 aumentou para 85%, constata-se então uma urbanização das cidades brasileiras (CAU, 2016)². Em relação ao Extremo Oeste Catarinense percebeu-se também, um aumento populacional urbano nos municípios pequenos e médios, exemplo disso é a cidade de Itapiranga/SC que teve aumento de 10,08%, e Mondaí/SC com aumento de 17,22%, em relação aos anos de 2000 e 2010. (OLIVEIRA, 2016)

Em relação às discussões do crescimento urbano e da habitação com as cidades, foi realizada em outubro de 2016 a Terceira Conferência das Nações Unidas sobre Moradia e Desenvolvimento Urbano Sustentável, o Habitat III, no qual foi definida a Nova Agenda

² Retirado da Carta-Compromisso do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil sobre a Nova Agenda Urbana.



Urbana³, com diretrizes e metas a serem seguidas pelos países, sobre urbanismo e habitação para os 20 anos que sucedem o encontro.

Assuntos como direito à cidade, à mobilidade, à moradia, preservação e conservação ambiental, foram amplamente debatidos durante o Habitat III. Fato esse que ficou marcado com o incentivo às cidades para atenderem seus habitantes e suas necessidades, com base nas suas características locais. Afinal, as cidades são as maiores entendedores das necessidades de cada comunidade e dos assentamentos humanos, e devem priorizar os habitantes de seus espaços, garantindo-lhes direitos, democracia, a maior participação popular na gestão e a ocupação dos espaços. Por isso, faz parte do texto base da Nova Agenda Urbana: promover cidades mais sustentáveis, inclusivas e justas para todos.

Somado à isso, existem algumas relações marcantes quanto à moradia e as pequenas cidades nos dias atuais, que buscam trazer a tona discussões às novas formas de redes urbanas e o desenvolvimento regional e microrregional, quanto à conformações e ocupações e a ruralidade. Quanto às atividades que se desenvolvem nas pequenas cidades, principalmente as atividades vinculadas à agricultura, agropecuária e agroindústria, existe também uma preocupação dos governos, em atender os produtores rurais, e as classes trabalhadoras. O que infelizmente ocorre na grande maioria dos casos, é o desenvolvimento de propostas de moradia padrão, replicadas em qualquer local do país, afastadas do contexto urbano, geralmente em pequenos terrenos, com conjuntos habitacionais de espaços diminutos, evidenciando a falta de compreensão do rural e do urbano, e da preocupação com os condicionantes naturais e conforto térmico. (ENDLICH, 2009).

Uma situação muito frequente em pequenas cidades é a migração que acontece dos trabalhadores rurais para as cidades, e dos aposentados que, vivendo anteriormente no campo, ou nas grandes cidades próximas, procuram essas pequenas localidades para viverem com mais tranquilidade. Ocorre atualmente um processo que acompanha as mudanças da urbanização brasileira, trazendo as áreas rurais das pequenas cidades, como locais alternativos de moradia. (ENDLICH, 2009).

Contrário à isso, tratando da importância que a agricultura tem para o provimento

³ A Nova Agenda Urbana, produto final da Conferência das Nações Unidas, o Habitat III, onde reúne propostas para o desenvolvimento urbano das próximas décadas. O documento não obriga nenhum dos países a aderir-lá, funcionando apenas como parâmetro para o desenvolvimento das cidades. Sua importância para o momento atual é primordial e moldará o desenvolvimento das cidades do futuro.



habitacional das pequenas cidades, existe uma nova linha racional capitalista, em que para lucrar-se mais com a grande produção agrícola, nesse caso, não ligada aos pequenos agricultores e à agricultura familiar, mas sim às grandes empresas. Existe então, o deslocamento de moradias rurais para as cidades, a fim de se liberar mais espaço para o cultivo altamente rentável das altas produções agrícolas tecnológicas. (ENDLICH, 2009).

As pequenas cidades seriam os locais apropriados para soluções alternativas de moradias vinculadas à autogestão, ou à uma gestão democrática, devido suas características e organização sociais, associado também à escala local. Existem diversas situações que se encaixam mais nos pequenos núcleos, como as cooperativas habitacionais e ecovilas, pautadas nos princípios de autogestão. As alternativas de produção habitacional são inúmeras, principalmente quando existe a possibilidade de relacioná-las com o desenvolvimento da cidade, econômico, social e cultural, relacionando também as conexões do espaço rural e o urbano, e que encontram maior sentido dentro das pequenas cidades, por estarem mais ligadas à natureza e à agricultura. (ENDLICH, 2009).

Tais realidades são facilmente perceptíveis, principalmente quando há o predomínio de habitações nas áreas urbanas, pois mesmo estando a grande maioria dentro desse perímetro, existe uma forte tendência brasileira para locar conjuntos habitacionais em áreas mais afastadas, muitas vezes sem infraestrutura básica e sistema de transporte. Logo, por mais que exista a preocupação em atuar no sentido de aproveitamento dos espaços de ligação entre o urbano e o rural, existe um despreparo e uma preocupação ainda maior com o mercado e o lucro, do que com o destino das cidades e das pessoas que nela habitam.

Conexões e conformações urbanas das pequenas cidades

A realidade urbana brasileira é formada por diversos contrastes quanto ao que denominam-se grandes e pequenas cidades. Para Endlich (2009), às grandes cidades e metrópoles apresentam trânsito geralmente caótico, situações crescentes de violência, pobreza e poluição. Já as pequenas cidades apresentam dificuldades principalmente pela falta de investimentos nos setores de desenvolvimento social e de infraestrutura. Motivos que tornam o estudo das pequenas localidades quase inexistentes, dificultando avanços técnicos desses espaços e deixando lacunas quanto ao entendimento das formações e



desenvolvimento dessas regiões.

Ao pensar na formação dos municípios pequenos percebe-se que estes visam, segundo Monbeig (1984 apud Endlich, 2009), dar suporte aos produtores rurais e agrícolas. Fato esse que ocorreu no Extremo Oeste Catarinense, conforme Oliveira (2016, p. 54):

A fundação das localidades e de seus núcleos urbanos, derivou da necessidade de fornecer à população rural áreas de apoio. Localidades que fornecessem os elementos de infraestrutura necessárias para a sobrevivência na região, bem como, ponto de comunicação para outra localidade de maior abrangência.

Esses pequenos núcleos urbanos, atualmente representam pequenas cidades do Extremo Oeste Catarinense, sendo que dos dezenove municípios do extremo oeste catarinense, apenas São Miguel do Oeste possui mais de vinte mil habitantes. Conforme Endlich (2009), a estrutura político-administrativa do território mostra que 75% dos municípios brasileiros possuem menos de vinte mil habitantes, o que indica tanto a concentração quanto a dispersão da territorialidade urbana brasileira.

É bastante comum as cidades pequenas apresentarem um maior número de habitantes idosos, visto que os jovens têm a tendência de procurar as metrópoles para trabalho e estudo. O que resta então à muitos municípios é a dependência de cidades regionais ou grandes cidades próximas, que acabam também por gerar uma barreira e um déficit de crescimento para essas cidades pequenas. (MELO E SOARES, 2010).

A participação dessas cidades dentro de um mundo globalizado, de rápidas mudanças e facilidades de informações, muitas vezes marcada pela carência de meios tecnológicos em geral, se dá de maneira lenta. Destacando-se apenas alguns avanços no setor agrícola, com o uso de máquinas e acesso à produtos para esse fim, já que essas cidades apresentam um estreito vínculo com o meio rural e a agricultura, que muitas vezes mesclam-se claramente com o espaço urbano. Além disso, existe ainda uma relação forte com turismo local, quando a cidade consegue desenvolvê-lo através de seus recursos naturais ou históricos. Essa relação próxima com a natureza também é um item marcante dentro das pequenas cidades, já que a convivência com o meio ambiente natural é mais próximo do que nas metrópoles, por exemplo, e também mais preservado. (MELO E SOARES, 2010).



Relações urbano-rural nas pequenas cidades

A importância do entendimento do rural para pequenas aglomerações urbanas (pequenas cidades), compreendidas por Bernardelli (2010) como ‘cidades rurais’, independe se suas atividades rurais são agrícolas ou multissetoriais, pois vai muito além do plano da cidade, estendendo-se para a compreensão em um âmbito regional, e portanto valorizando sua localidade e seu ambiente natural, ao invés de uma “urbanização do campo”. Complementando esse pensamento, Endlich (2009, p. 319) resume: “As pequenas cidades são espaços locais, onde habitantes provenientes do meio rural precisam viver ou sobreviver num contexto urbano”.

Trazendo os contrastes entre o meio urbano e rural, Bernardelli (2010) traduz as questões da vida rural como valorizador da comunidade, da religião e da família; já a vida urbana tem a criação de agrupamentos humanos a partir do trabalho, e, portanto não existe um estreitamento entre relações comunitárias tão implícitas como na vida rural.

Para Sposito (2010) um dos principais fatores comparativos do urbano e do rural é quanto à demografia, sendo que no rural existem atividades marcadas pela extensão territorial, que geram a dispersão populacional e conseqüentemente pouca densidade territorial. Já no espaço urbano existe a presença de atividades que propiciam os encontros, complementaridade de funções, e portanto, uma maior densidade demográfica que no rural, fato que foi comprovado ainda na Europa medieval, em que as cidades eram compactas para facilitar a mobilidade e os trajetos, que eram realizados a pé ou por animais.

As cidades são locais de produção e de grande consumo, com intensidade e velocidade. Já o campo, é caracterizado como um local de produção mais artesanal, população mais espalhada, intensa relação com a natureza, mutualidade (cooperação) e relações comunitárias. Um exemplo são as cooperativas agrícolas, que participam de processos de avanços tecnológicos na agricultura, e empregabilidade. (SAQUET, 2010).

Em contraponto, a atual situação caótica de nossas cidades, a pouca presença de vegetação, o desconforto térmico, a poluição sonora, hídrica, atmosférica e visual, faz com que o campo seja procurado como um remédio natural e temporal, ou uma fuga da rotina para diminuição das tensões diárias e mecânicas. Ainda, devido à readequações da lógica mercantil, hoje existe uma crescente busca por produtos mais orgânicos e artesanais,



acentuando a ligação urbana e rural (BAGLI, 2010),

Para tanto, Bagli (2010) aponta as vantagens de produzir alimentos caseiros, próximo ao local onde também se produzem as matérias primas, facilitando o processo de fabricação. Porém, a industrialização e o atual mercado, são vetores importantes para a redução da produção artesanal. E aqui, pode-se acrescentar a rotina veloz que as pessoas levam atualmente, o que muitas vezes faz com que não haja tempo para o preparo de alimentos, e portanto a industrialização atua na facilitação e rapidez das refeições.

Saquet (2010) ainda traz a questão do Novo Rural, que é tratado por diversos autores também, e surge a partir do momento em que o rural e o urbano se conectam, e o urbano se expande no rural, seja através de relações tecnológicas, relações sociais, conforto e inovações. Em suma, o novo rural, diz sobre a incidência e as mudanças que o urbano provoca no rural, quando o “invade”. Essa mudança pode ser tanto à favor do rural original, quando existe uma valorização de seus saberes populares, economias e trocas solidárias, etc; quanto à favor do “progresso” urbano, quando entende-se que o rural é atrasado em relação à vida que se leva nas cidades, e induz-se novas culturas e hábitos no campo.

Apesar de contrastar, o rural e o urbano, também apresentam conexões que precisam ser melhor exploradas e compreendidas em um âmbito principalmente urbanístico, para que todos possam desfrutar de seus benefícios. Assim surge um importante fator presente nas cidades atuais, as áreas de transição do espaço rural e urbano.

O reconhecimento de um contínuo cidade/campo não pressupõe o desaparecimento da cidade e do campo como unidades espaciais distintas, mas a constituição de áreas de transição e contato entre esses espaços que se caracterizam pelo compartilhamento, no mesmo território ou em micro parcelas territoriais justapostas e sobrepostas, de usos de solo, de práticas socioespaciais e de interesses políticos e econômicos associados ao mundo rural e ao urbano. (SPOSITO, 2010).

Essas áreas de transição, que posteriormente recebem fins urbanos, na maioria dos casos, seja por especulações imobiliárias ou mantendo-se como vazios urbanos, esperando por valorização imobiliária, deixam de se denominar áreas rurais, e portanto, futuramente deixarão de ser áreas de transição, fato que gera diversas problemáticas quanto ao uso dos solos nas cidades. Para Bagli (2010): “O campo deve continuar a ser buscado, porém não



apenas como válvula de escape aos problemas existentes na cidade, mas como opção de vida e trabalho”. Em suma, precisa haver uma valorização do campo em relação ao urbano, tanto da conscientização da população urbana, quanto dos governantes e técnicos que cuidam das leis e planos municipais.

Nesse sentido, a legislação, da grande maioria dos municípios, pouco prevê parâmetros para a abertura de novos loteamentos em áreas de transição rural e urbana, exigindo a continuidade de ruas, mas não a contiguidade com a cidade, gerando então, uma cidade com grandes vazios urbanos nesses locais, sem planejamento de uso de solo e sem forma. (SPOSITO, 2010).

Na constituição do Plano Diretor municipal, existe uma área no macrozoneamento denominada de área de expansão, onde em muitos casos existe produção agrícola, e os proprietários de alguns desses municípios, pagam o ITR (Imposto sobre Propriedade Territorial Rural), mesmo pertencendo ao perímetro urbano. Devido às especulações, pressões do mercado, e aumento cada vez mais das áreas urbanas, essas propriedades acabam tendo que se enquadrar no pagamento do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), o que, devido ao grande tamanho destes lotes, torna-se inviável aos proprietários, tendo por consequência a posterior venda da propriedade, ou criação de loteamentos urbanos e residenciais no local, pois o solo urbano tem maior valor comercial. (BAGLI, 2010).

Pensar em soluções urbanísticas, habitacionais e formas de integração econômica e social nas áreas onde o rural e o urbano se encontram, é um tema ainda pouco debatido, por haver um grande interesse do mercado nessas áreas, principalmente do ponto de vista urbano. Sendo assim, perdem-se muitas oportunidades de novas propostas para os problemas atuais das cidades, e principalmente o entendimento da percepção espacial e de territórios, bastante arcaico no Brasil.

As áreas periurbanas, ou áreas de transição rural-urbana, tem suas vantagens durante a produção de atividades agrícolas, justamente por estarem em meio às duas macrozonas, e portanto combinando suas atividades com maior equilíbrio social, ambiental e alimentar. É nesta área, onde existem os maiores conflitos quanto ao uso de terra, ora com atividades urbanas, como comércio e indústrias, ora rural, com apropriações agrícolas. (MACHADO; MACHADO, 2002).



Nesse sentido, tendo em vista os conflitos de interesses e usos das áreas de transição entre o campo e a cidade, surgem alternativas para mesclar o rural dentro do urbano e o urbano dentro do rural. Exemplos que temos, são os projetos e propostas habitacionais e comunitárias através da autogestão ou gestão participativa, para criação de comunidades, assentamentos, cooperativas, ecovilas nas áreas rurais, como alternativa de vida ao modelo urbano, porém, na maioria dos casos com ligação direta ou indireta com o urbano. Já nas cidades, crescem os movimentos que visam a valorização da produção orgânica de alimentos e formas de vida mais natural, um exemplo é a agricultura urbana.

Agricultura urbana: nova tendência para velhos problemas

O termo agricultura urbana, trata sobre as atividades agrícolas geralmente para o consumo próprio, em pequena escala, ou em alguns casos com excedentes para obtenção de lucro, dentro do perímetro urbano ou nas áreas periurbanas. Na maioria dos casos, qualquer espaço pode se tornar produtivo, como vasos, hortas verticais, canteiros, seja em áreas comunitárias ou pequenos apartamentos. (ROESE, 20--).

Dentre as principais vantagens de trazer a agricultura para o espaço urbano, está principalmente a questão ambiental e sua preservação, promovendo microclimas mais agradáveis, conservando o solo, diminuindo a acumulação de lixo, preocupando-se com o manejo de águas, reciclagem de nutrientes, melhorando a qualidade do ar. Seu uso adequado minimiza a proliferação de doenças e controle de epidemias. A agricultura urbana também têm forte ligação com o manejo de cultivos orgânicos, através da melhoria de solos, antes improdutivos e nocivos, e à longo prazo, próprios para a produção agrícola. Para tanto, é necessário fazer-se uso de materiais compostados, esterco, restos de plantas, etc. (MACHADO; MACHADO, 2002).

Aspectos específicos relacionados com a urbanização tais como: rápido crescimento populacional, recessão econômica e políticas de ajustamento estrutural que têm reduzido as despesas do governo e diminuído as oportunidades de emprego, têm contribuído para aumentar o número de pessoas na faixa da miséria absoluta. Nesse ponto, as atividades de agricultura urbana são importantes ferramentas estratégicas para prover às populações urbanas pobres seu auto-sustento, tornando-se instrumentos para suprir as carências alimentares. (MACHADO; MACHADO, 2002, p. 18).



A agricultura em pequenas escala e para consumo próprio tornou-se uma ótima solução para crises políticas e socioeconômicas, onde, anteriormente, houve o aumento de preços de alimentos e redução dos salários. México, Argentina e Chile, são alguns dos exemplos de países que se utilizaram da agricultura urbana para vencer as crises. (ASSIS; AQUINO, 2007).

Algumas práticas agrícolas ganham maior sentido dentro das cidades, como exemplo temos as plantas medicinais, que atuam por meio da fitoterapia e tratamentos mais acessíveis de doenças à população. Outro elemento importante, que é potencializado dentro dos espaços urbanos, são as relações criadas com as organizações comunitárias, e a maior aproximação do produtor com o consumidor, ocorrendo em muitos casos, a criação de vínculos trabalhistas com cooperativas agrícolas e agroindústrias, além do desenvolvimento de produtos artesanais secundários. (MACHADO; MACHADO, 2002).

Outras atividades que se pode destacar na agricultura urbana são: a criação de animais de pequeno porte (aves, abelhas, peixes, coelhos e outros), a horticultura, produção de cereais concomitante à alimentação animal, e produtos finais de compostagem. Todas essas atividades se desenvolvidas e melhoradas ao longo do tempo, podem agregar na renda de cada família, e no balanço econômico final da cidade. (ASSIS; AQUINO, 2007).

Para Machado (2002), a agricultura urbana apresenta três grandes áreas a se destacar: bem-estar, meio ambiente e economia, sendo que a união delas tem por finalidade alcançar o desenvolvimento sustentável da cidade. A ligação desses três pilares levaria à melhoria da qualidade de vida com melhora da alimentação, a diminuição de impactos ambientais e a possibilidade de novos empregos vinculados ao setor agrícola urbano, atuando na resolução de fragilidades e problemas relacionados à violência, insegurança e pobreza.

Existe hoje a preocupação em trazer a agricultura para perto da população, e ao invés de tornar a população mais rural, ou conectar a ruralidade mais com o urbano, a solução mais fácil e rápida é trazer a agricultura para o centro das cidades, em menor escala e para consumo próprio. Deve-se abrir a discussão para as possibilidades que as áreas de transição entre o campo e a cidade tem para promover uma maior produção alimentar. Para isso, uma forma de produção da agricultura urbana, é a utilização de vazios urbanos centrais nas áreas de expansão urbana, que aliados a habitação social poderiam



auxiliar nos déficits de habitação, bem como, melhorar a economia e a produção regional.

A habitação no centro da cidade e os vazios urbanos

Núcleo de formação da cidade, o centro é o local onde ocorrem as trocas econômicas, afetivas e sociais da cidade, ou seja, o centro além das funções relacionadas ao seu espaço físico também necessita ser um espaço social. Conforme Oliveira e Dias (2013, p. 1-2) o centro deve ser associado a um lugar comum, sem diferenciações sociais, e aliado ao espaço público deve proporcionar vivência comunitária, comunicação e informação, e ainda: “O centro deve incorporar a diversidade e as imparcialidades que a cidade contemporânea possui.”

A partir dos anos de 1940 e 1980, a expansão urbana alcançou as periferias das cidades, resultando na ampliação de infraestrutura, que ficaram inconclusivas. É nas periferias das cidades que se encontram, na atualidade, a grande maioria das habitações de interesse social, onde a infraestrutura quando não é precária, é inexistente. (CASTILHO, 2008 apud OLIVEIRA; DIAS, 2013). Conforme esclarece Lago (2012, p. 187): “São bairros inacabados, localizados tanto em áreas consolidadas, porém em permanente (auto) construção, quanto nas fronteiras do tecido urbano, onde ainda há poucos sinais da cidade”.

Outra problemática segue na linha da aquisição de terrenos para a execução das habitações sociais, além da falta de política pública e urbana, que determine locais (ZEIS- Zonas Especiais de Interesse Social) para a construção destas dentro do tecido urbano, bem como, diretrizes para a elaboração destes projetos, e condições para que haja um maior controle por parte da municipalidade e órgãos ligados às habitações. (LAGO, 2012).

Nessa continuidade, Bonduki (2000) defende a ideia de que as habitações populares devem ficar nos centros urbanos, seja em vazios urbanos com produção de novas edificações ou na urbanização de favelas, reformas de cortiços. etc; aproveitando-se dos benefícios culturais e de mobilidade urbana.

A diversidade funcional urbana é uma característica dominante do centro, qualificando-o como estratégico e vital para usos comerciais, de serviços bancários, pequenas indústrias e profissionais autônomos, além de lazer e cultura, portanto constitui a identidade da cidade (lugar e população). (CASTILHO, 2008; OLIVEIRA; DIAS, 2013).

Apesar da diversidade funcional urbana existente no centro da cidade, há um



preconceito sobre essas habitações em áreas valorizadas da cidade. Bonduki (2000) acredita que o processo precisará primeiramente de diálogo e conscientização de toda a população, para que não ocorra mais essa segregação e injustiça social, determinada em grande parte pelo mercado imobiliário.

Nesse sentido, conforme Bonduki (2000), o custo de se habitar o centro mostra-se mais baixo ou equivalente às opções periféricas, que geram a segregação do meio urbano. As habitações nas periferias, por muitas vezes formam os chamados "bairros-dormitórios", pouco equipados de transporte coletivo e infraestrutura básica, servido apenas, de acomodação para o final do dia, ou seja, se desenvolvendo pouco, apenas com comércios vicinais, algumas instituições como igrejas e escolas, entre outras usos que possam auxiliar para manter os bairros periféricos seguros e vivos.

Trazer as habitações populares para as áreas mais centrais da cidade, seria benéfico à todos, segundo Bonduki (2000), por trazer alternativas de moradias mais dignas e inclusivas para os trabalhadores, por meio de revitalizações de áreas antes subutilizadas ou deterioradas, além da reformulação da questão do transporte, através da diminuição das distâncias, devido à proximidade com as áreas onde existe comércio e emprego. Tornando-se assim, parte da cidade adensada, evitando a preocupação de criar infraestruturas em outros locais onde seriam implantadas essas habitações, facilitando o desenvolvimento da cidade, controlando mais os gastos, e assim, investindo em outros setores que também merecem cuidados.

Dentro do espaço central das cidades, existe a presença de vazios urbanos, que já na década de 1970, como relembra Teixeira e Furtado (2010), estavam em processo de mudança, deixando de serem vistos como áreas verdes e livres, sendo associados então ao esvaziamento e desocupação da cidade.

O reconhecimento dos vazios urbanos como problema, possibilitou a criação de instrumentos urbanos que permitissem um maior controle público desses espaços, através de propostas para tornar ativos novamente essas áreas, fazendo cumprir seu papel social dentro da cidade, buscando diminuir as desigualdades e a segregação. Porém, tais atitudes, não foram suficientes, evidenciando assim, a necessidade de um planejamento urbano mais específico, que abranja os vazios dentro de suas áreas específicas inseridas, e posteriormente relacionando-se ao todo da cidade. (TEIXEIRA E FURTADO, 2010).



A criação do Estatuto da Cidade, em 2001, pela Lei nº 10.257, e de planos urbanos pelo que visam a utilização dos vazios urbanos, para fins de interesse social ou de uso coletivo, são cada vez mais estudados dentro do contexto urbano. Para isso, é preciso haver a conexão dos interesses da coletividade e do setor público, sobrepondo-se ao particular e do mercado especulador, a fim de possibilitar uma maior compreensão do uso do solo, seja dos vazios urbanos ou rurais, para que deixem de ser problemática e passem a possibilitar usos mais dignos e justos às cidades.

São Miguel do Oeste – SC: polo agroindustrial microrregional

Com 36.306 habitantes, conforme dados do IBGE (2010), São Miguel do Oeste - SC pertence a microrregião do Extremo Oeste Catarinense, que encontra-se na região do Oeste Catarinense. O extremo oeste, como é mais conhecido, é formada por 19 cidades de pequeno porte, colonizadas por meio do parcelamento do solo à pedido de empresas colonizadoras. Essa microrregião caracteriza-se: “pelos setores industrial, de serviço e agropecuário, sendo que, cada município possui um determinado setor produtivo em destaque, logo, cada uma possui importância a nível regional.” (OLIVEIRA, 2016).

Conforme Oliveira (2016), a região do extremo oeste catarinense, tem predomínio de pequenas cidades, sendo que nenhum município possui população igual ou superior a 50.000 habitantes. Sua maior cidade, São Miguel do Oeste, é considerada o polo agroindustrial e de serviços da região. Sendo assim, a região é caracterizada principalmente pelo envolvimento de seus habitantes com as atividades ligadas ao meio agrícola, característica marcante de pequenos centros urbanos com destaque para suas áreas rurais.

Nas pequenas regiões do país, e isso inclui a microrregião do extremo oeste, conforme Maia e Ludwig (201-) tem-se o surgimento e as relações das agroindústrias com o meio rural e urbano, iniciado com a vinda dos imigrantes que se utilizavam primeiramente de uma base agrícola de subsistência, que com o passar dos anos foi pedindo uma produção mais durável e elaborada, fazendo com que o setor do agronegócio pudesse fomentar o desenvolvimento das pequenas e médias cidades da região.

A agricultura, tanto rural, quanto urbana, está bastante presente dentro da região do oeste catarinense e de sua microrregião extremo oeste, fazendo parte tanto da economia quanto de hábitos sociais e culturais. Segundo Maia e Ludwig (201-) os principais motivos



para o surgimento das agroindústrias, das entidades associativas e cooperativistas no estado catarinense está ligada à perda de competitividade, enfraquecimento das pequenas produções, o êxodo rural e à problemáticas relacionadas à desgastes ambientais.

São Miguel do Oeste - SC possui características diferenciais das demais cidades do extremo oeste catarinense, que tem o caráter rural destacando-se em relação ao urbano, pelas atividades que são produzidas na ruralidade. Em São Miguel do Oeste o espaço urbano ganha maiores investimentos⁴, sendo que sua área rural apresenta um sufocamento em relação ao rápido crescimento do espaço urbano, com o aumento do número de loteamentos residenciais, em áreas onde antes havia plantação e criação de animais. Mesmo com todas essas mudanças que estão ocorrendo nos limites do espaço urbano, São Miguel do Oeste continua sem perder suas raízes rurais e sua essência econômica regional, fato que é comprovado pela predominância de indústrias e atividades do setor terciário voltadas à agropecuária e agroindústria. (OLIVEIRA, 2016).

As demais cidades da região do Extremo-Oeste catarinense apresentam um equilíbrio em relação à predominância de população e atividades rurais e urbanas, sendo que em 1980 a população rural era de 71,08%, e em 2010 essa percentagem diminuiu para 40,96%, mantendo quase uma equivalência em números, entre o urbano e rural. Algumas cidades como Itapiranga, São Miguel do Oeste e Iporã do Oeste tiveram um aumento populacional de 10 a 20%, enquanto cidades como Barra Bonita, Anchieta e Paraíso, reduziram sua população em torno de -15 a -10%. Destaca-se, que as cidades com aumento populacional são aquelas que possuem economia ativa relacionada à indústria e serviços, e as que tiveram redução populacional possuem economia relacionada a agricultura. (OLIVEIRA, 2016). Isso demonstra que a população de pequenas cidades busca cidades próximas, com maior demanda de serviços e indústrias para sua fixação, mesmo que estas sejam de caráter também pequeno, e não somente metrópoles e cidades grandes, como é o caso de São Miguel do Oeste, que apesar de pequena, é polo regional.

Por ser pólo regional agroindustrial, a cidade de São Miguel do Oeste-SC, tornou-se ao longo dos anos, a maior concentradora de empregos da região, ligados principalmente à agroindústria e comércio, além de incubadora acadêmica, com o desenvolvimento de uma

⁴ A densidade de São Miguel do Oeste é considerada alta para uma pequena cidade, sendo que este município possui: 155,12 hab/km², e 88,31% de sua população é urbana. (OLIVEIRA, 2016).



universidade, faculdades e um instituto federal (IFSC), que têm igualmente a preocupação com a agricultura e desenvolvimento regional em seus cursos, e portanto recebem trabalhadores e estudantes de todas as cidades de seu entorno.

O município de São Miguel do Oeste/SC tem cadastrado no setor de Habitação, junto à Prefeitura Municipal, 1.558 famílias de baixa renda para recebimento de habitações, sendo que destas, 109 famílias já foram contempladas com moradias unifamiliares, localizadas nos loteamentos de interesse social Vila Nova 1 e Vila Nova 2, financiados pela Caixa Econômica Federal (CEF), em parceria com a prefeitura municipal.⁵ A demanda por habitações de interesse social, no município, é grande, porém, o maior empecilho para seu provimento é a informalidade na qual vivem a maioria das famílias cadastradas⁶. Por não haver registro de trabalho, ou por desemprego, não há comprovação de renda documental na maioria das situações, fato que impede a atuação legal dos órgãos públicos e da CEF.

Quanto às áreas especiais de interesse social (AEIS) de São Miguel do Oeste – SC, conforme o plano diretor⁷, são frações territoriais destinadas à urbanização, regularização fundiária e projetos de HIS, que é a provisão de iniciativa pública, para famílias com rendimento de até 3 salários mínimos; e de Habitação de Mercado Popular (HMP), sendo promovidas por iniciativas privadas, para famílias de até seis salários mínimos.

Subdividem-se no total, em três categorias, propostas pelo plano diretor municipal. As AEIS I, áreas privadas ou públicas destinadas às populações de baixa renda, para regularização fundiária, infraestrutura, preservação e recuperação ambiental, e quando houver necessidade, a realocação das famílias para outros locais. As AEIS II, públicas ou particulares, para população de baixa renda, para regularização fundiária, infraestrutura e locação de equipamentos de lazer. As AEIS III, áreas sem edificações e parcelamento do solo, destinadas principalmente à HIS e HMP, loteamentos populares e de interesse social, locação de equipamentos de lazer e promoção ao uso de comércio e serviços nessas regiões.

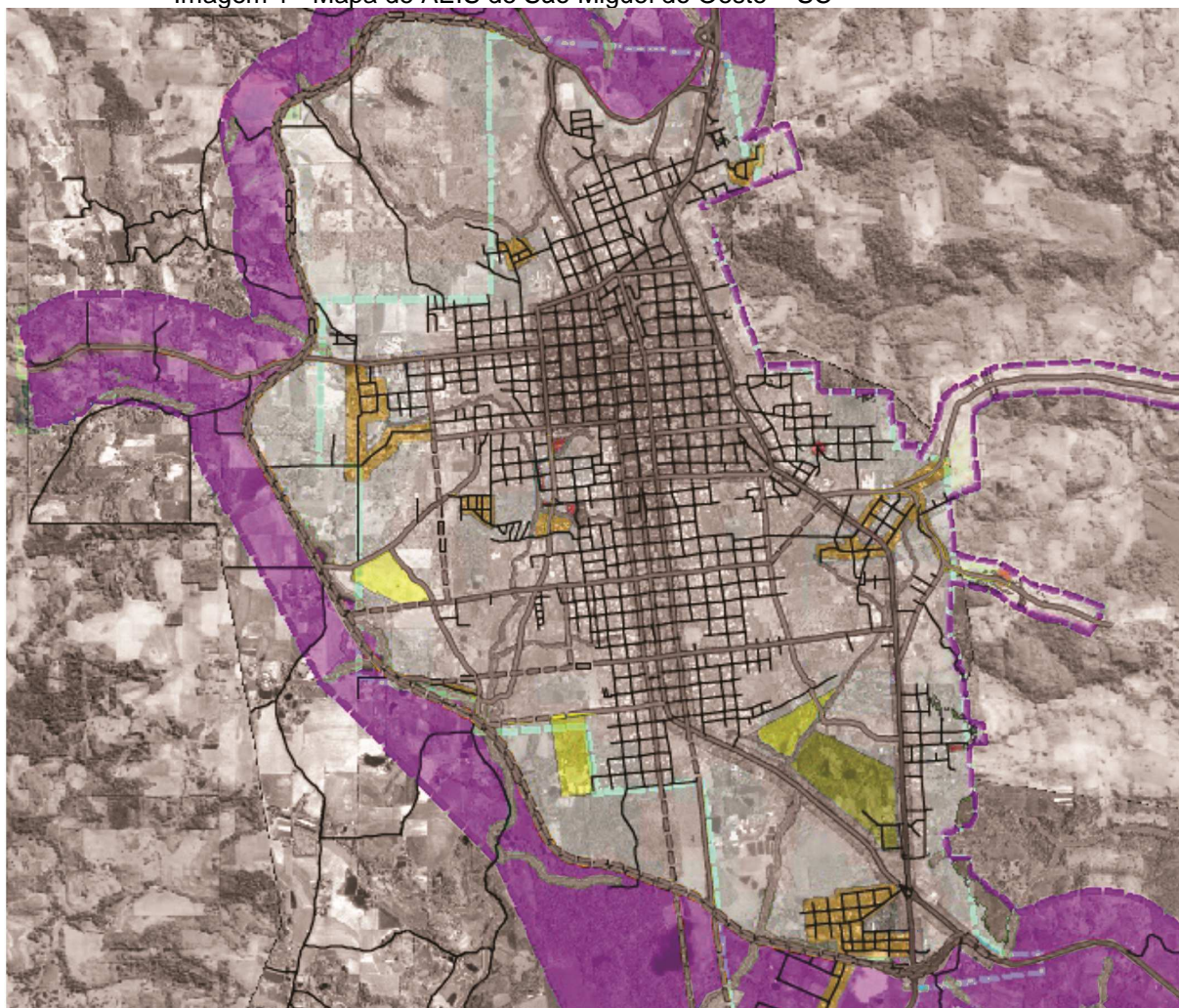
⁵ Informações obtidas através de entrevista com o diretor do setor de Habitação da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste - SC, em março de 2017.

⁶ Estima-se, de acordo com o setor de Habitação de São Miguel do Oeste, que apenas 300 famílias, das 1558 famílias que estão cadastradas, poderiam participar dos programas de habitação pela CEF, sendo que as demais encontram-se informais.

⁷ Lei complementar nº 002/2011.



Imagem 1 - Mapa de AEIS de São Miguel do Oeste – SC



LEGENDA

- | | | |
|--|--|---|
|  Perímetro Urbano Existente |  AEIS 1 |  AEIS 3 |
|  Perímetro Urbano Proposto |  AEIS 2 | |

Fonte: (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC, 2011), alterado pelas autoras (2017)

As AEIS, da cidade de São Miguel do Oeste - SC, encontram-se quase que em sua totalidade nas periferias do município, ou em bairros distantes das áreas centrais, sem contexto com a área urbana. Outra situação, está na ligação que essas AEIS têm com a



Macrozona de Expansão Urbana (MZEU), que divide-se em duas, a Zona de Expansão Imediata (ZEI) e a Zona de Expansão Futura (ZEF), sendo que as AEIS I e II localizam-se na ZEI e MZUC (Macrozona Urbana Consolidada), que é onde encontra-se a malha urbana, e as AEIS III mesclam-se entre todas as Macrozonas do município, incluindo parte dela na ZEF, onde ainda não apresenta infraestrutura bem desenvolvida, e portanto, se encontrariam dificuldades para urbanizar esta área.

Somado aos problemas locais, de falta de moradias, de emprego e de recursos financeiros, vemos todos os dias nos noticiários, a recente crise econômica que atinge à todo o país; altos índices de desemprego⁸, as guerras internacionais e a crescente demanda de refugiados vindos de outros países em busca de oportunidades, o que traz novos paradigmas a serem superados e a necessidade de soluções alternativas, que não atuem somente na resolução de um problema apenas. “Ou seja, há que se repensar as formas de fazer política, dada a necessidade de enfrentamento da crise estrutural do trabalho, considerando seriamente as alternativas das organizações de produção coletiva.” (SINGER; SOUZA, 2003, p. 246).

Considerações finais

Todas as questões abordadas no artigo, levam à questionamentos referentes à uma realidade ainda pouco discutida no Brasil, o desenvolvimento das pequenas cidades, e a preocupação com a conformação de seus espaços rurais e urbanos, conectados entre si direta ou indiretamente.

O interesse em trazer a agricultura para os centros da cidade ou nas áreas de transição rural-urbana, não as mantendo apenas nas áreas rurais, é de desenvolver as cidades cada vez mais, solucionando problemas a partir de novas premissas que ainda estão engatinhando no Brasil, e precisam de maiores aberturas para discussões por urbanistas, arquitetos, técnicos, estudantes e por toda a população, pois somente assim, com a percepção do espaço por todos, é que haverá novas possibilidades para nossas cidades.

A busca por um equilíbrio entre o aproveitamento do centro da cidade e seus vazios

⁸ “O Brasil encerrou 2016 com recorde de mais de 12 milhões de pessoas sem trabalho, e taxa de desemprego a 12%, num claro reflexo da crise econômica enfrentada pelo país”. (ÉPOCA NEGÓCIOS, 2017).



urbanos, entra em debate com a aproximação do campo e da cidade, cada vez mais, e principalmente perceptível dentro das pequenas ou médias cidades. Tal fato ficou evidente com as diversas correntes que valorizam a forma de vida das pequenas cidades e se questionam para onde andam as metrópoles mundiais.

Trazer uma cidade do interior de Santa Catarina, com fortes vínculos rurais, dados por suas atividades ligadas primariamente às agroindústrias, porém vivendo na contradição de ter quase a totalidade de sua população na área urbana, valorizou muito o diálogo e uma aproximação de novas possibilidades que podem surgir com a união do rural e urbano, principalmente através das áreas de expansão, previstas no Plano Diretor municipal.

Sendo a maioria das AEIS de São Miguel do Oeste - SC, localizadas nas áreas de expansão ou próximas à elas (o que se entende ser as periferias do município), é comum pensarmos em toda a problemática que envolve a locação de novas habitações, infraestrutura, sistema viário afastados da área já consolidada da cidade. Porém, nesse caso, onde existe todo esse estigma envolvendo a questão do rural e do urbano, subordinados principalmente à economia do município e da região, deve-se sim pensar na ocupação dessas AEIS a fim de valorizar a produção agrícola, criando novas alternativas ainda não propostas, podendo envolver habitação e economia, no caso, a agricultura.

Ainda sobre a relação da economia da cidade, e pelo fato da contradição acima exposta, uma solução já apontada, de problemas para a cidade desse estudo, seria no âmbito de criação de hortas urbanas, baseadas no princípio da agricultura urbana, envolvendo assim toda a comunidade e preservando o meio ambiente, fauna e flora.

Propostas de preenchimento de vazios urbanos para criação de habitações de interesse social, hortas, bosques e atividades sociais, já estão surgindo em todo o mundo. Portanto, a criação de formas de envolver e mesclar mais os usos de solos dentre das cidades, extrapolando as fronteiras das áreas consolidadas do perímetro urbano e invadindo o rural para fazer uma permuta saudável, é um dos objetivos que busca esse artigo, promovendo o debate e trazendo alternativas para situações cotidianas que mesmo se tornando banais, muitas vezes ficam esquecidas pelos poderes públicos, perdendo-se muitas oportunidades de desenvolvimento para as cidades, neste caso, as pequenas.

Referências

Territórios, Redes e Desenvolvimento Regional: Perspectivas e Desafios
Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 13 a 15 de setembro de 2017



AKAISHI, Ana Gabriela. Desafios do planejamento urbano-habitacional em pequenos municípios brasileiros. **Revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo**. São Paulo: Risco, USP, 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/risco/article/view/45504>>. Acesso em: 02 mar. 2017.

ASSIS, Adriana Maria de; AQUINO, Renato Linhares de. **Agricultura orgânica em áreas urbanas e periurbanas com base na Agroecologia**. Ambiente & Sociedade - Campinas. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v10n1/v10n1a09>>. Acesso em: 02 mar. 2017.

BAGLI, Priscilla. **Rural e urbano: harmonia e conflito na cadência da contradição**, In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão de, WHITACKER, Arthur Magon (org), Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural, 2 ed, São Paulo: Expressão Popular, 2010.

BERNARDELLI, Maria Lúcia Falconi da Hora. **Contribuição ao debate sobre o urbano e o rural**, In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão de, WHITACKER, Arthur Magon (org), Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural, 2 ed, São Paulo: Expressão Popular, 2010.

BONDUKI, Nabil. **Habitar São Paulo: reflexões sobre a gestão urbana**. São Paulo: Estação Liberdade, 2000. 167 p.

CAU. Conselho de Arquitetura e Urbanismo. **Carta-compromisso do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil sobre a nova agenda urbana**. Brasília, 2016, 16 p. Disponível em: <http://www.caubr.gov.br/wp-content/uploads/2016/10/CARTA_HABITAT_III-0710-14x28cm-web-ok.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2016.

COHAB/SC, Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina. **Déficit Habitacional em Santa Catarina [2010?]**. Disponível em: <http://www.cohab.sc.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=100&Itemid=137>. Acesso em: 01 mar. 2017.

ÉPOCA NEGÓCIOS. **Brasil fecha 2016 com recorde de 12,3 milhões sem emprego**. Taxa de desemprego chegou a 12%. Disponível em: <<http://epocanegocios.globo.com/Economia/noticia/2017/01/epoca-negocios-brasil-tem-desemprego-de-120-no-tri-ate-dezembro-diz-ibge.html>>. Acesso em: 07 mar. 2017.

ENDLICH, Ângela Maria. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades**. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). **Déficit habitacional no Brasil 2013-2014**. Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/informativos-cei-eventuais/634-deficit-habitacional-06-09-2016/file>>. Acesso em: 20 mar 2017.



IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 01 mar. 2017.

LAGO, Luciana C. do (Org.). **Autogestão habitacional no Brasil: utopias e contradições**. Rio de Janeiro: Letra Capital/Observatório das Metrópoles, 2012.

_____. O associativismo produtivo na periferia urbana: novos conflitos em pauta. In: LAGO, Luciana. (Org.). **Autogestão Habitacional no Brasil: utopias e contradições**. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles/ Letra Capital, 2012. p. 186-200.

MACHADO, Altair Toledo; MACHADO, Cynthia Torres de Toledo. **Agricultura urbana** /Documentos/Embrapa Cerrados. Planaltina, DF : Embrapa Cerrados, 2002. 25 p.

MAIA, Claudio Machado; LUDWIG, Dione Paula. **Novas territorialidades regionais no Oeste catarinense: Reestruturação produtiva e urbana das cidades de maior influência da região**. Seminário Nacional de Planejamento e Desenvolvimento. Disponível em: <<https://www.unochapeco.edu.br/static/data/portal/downloads/2521.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

MELO, Nágela Aparecida de; SOARES, Beatriz Ribeiro. **Cidades médias e pequenas: reflexões sobre os desafios no estudo dessas realidades socioespaciais**. In: HENRIQUE, Wendel; LOPES, Diva Maria Ferlin (Org.) **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. Salvador, 2010 p. 229-250.

PALERMO, Carolina. **Sustentabilidade social do habitar**. Florianópolis: Ed. da autora, 2009.

OLIVEIRA, Patrícia Dalmina. **A Rede Urbana no Extremo Oeste Catarinense: Uma reflexão sobre sua formação**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC): PGAU-Cidade, Florianópolis, SC: 2016

OLIVEIRA, Patrícia Dalmina; DIAS, Adriana Fabre. **Identidades e apropriação do espaço em áreas urbanas centrais: Questões introdutórias para intervenções em cidades contemporâneas**. XIV Encontro Nacional da ANPUR, 2013.

ROESE, Alexandre Dinnys. **Agricultura urbana**. Disponível em:<www.cpad.embrapa.br/publicacoes>. Acesso em: 12 de dezembro de 2016

SAQUET, Marcos Aurélio. **Por uma abordagem territorial das relações urbano-rurais no sudoeste paranaense**. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão de, WHITACKER, Arthur Magon (org), **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**, 2 ed, São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2003. 360p.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC. Plano diretor de São Miguel do Oeste - SC, **Lei complementar nº 002/2011**. São Miguel do Oeste. 2011. Disponível em: <<http://transparencia.saomiguel.sc.gov.br/arquivos/plano-diretor/41/plano-diretor/pg/2>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade**. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão de, WHITACKER, Arthur Magon (org), Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural, 2 ed, São Paulo: Expressão Popular, 2010.

TEIXEIRA, Tatiana; FURTADO, Fernanda. **Reinserção de Vazios Urbanos: diretrizes para a política urbana municipal, a partir do caso de Juiz de Fora /MG**. ENANPARQ. Rio de Janeiro. 2010. Disponível em: <<http://anparq.org.br/dvd-enanparq/simposios/195/195-351-1-SP.pdf>>. Acesso em: 02 jan. 2017.